

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A BANESTES SEGUROS S.A. (Seguradora), é uma sociedade de capital fechado, com sede na Av. Princesa Isabel, 574, Edifício Palas Center, Bloco A, 8º e 9º andares, Vitória - ES. Seu objetivo consiste na exploração das operações de seguros de danos e pessoas, com foco nos ramos automóveis, residencial, prestamista, vida, acidentes pessoais, e seguro de vida gerador de benefícios livres (VGBL) nas seguintes unidades federativas de ES, MG, BA e RJ.

A Seguradora é controlada pelo Banco do Estado do Espírito Santo (BANESTES S.A.), com participação integral no capital social, aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária de 17 de janeiro de 2012.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e em consonância com a Circular nº. 430, de 05 de março de 2012, incluindo os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tenham sido referendados pela SUSEP, bem como pelas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, vigentes na data de publicação destas demonstrações financeiras.

A Seguradora avaliou os Pronunciamentos Técnicos do CPC que ainda não estão em vigor e constatou que nenhum deles tem aplicabilidade imediata em seus negócios, sendo:

- CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado (DVA)”, que tem por objetivo estabelecer critérios para a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado exigida apenas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- CPC 17 - “Contratos de Construção”, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção que se caracterizam por ter suas datas de início e término em períodos contábeis diferentes.
- CPC 29 - “Ativo Biológico e Produto Agrícola”, que estabelece o tratamento contábil e as respectivas divulgações, pertinentes à avaliação dos estoques dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas, como parte do registro das atividades agrícolas.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Seguradora em 27 de fevereiro de 2013.

2.1. Base de mensuração

As demonstrações financeiras pressupõem a continuidade dos negócios em curso normal e foram elaboradas considerando o custo histórico, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Seguradora atua utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Exceto quando expressamente mencionado, os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados para a casa decimal mais próxima.

2.3. Estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração utilize certas estimativas, julgamentos e premissas para o registro de determinadas transações que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Itens significativos cujos valores são determinados com base em estimativa incluem: os ativos financeiros avaliados pelo valor justo, as provisões para ajuste dos ativos aos valores de realização ou recuperação, as provisões técnicas, ativos e passivos contingentes, o valor dos prêmios e comissões relativas a seguros, cujo risco, já está em curso, mas cujas apólices ainda não foram emitidas, as provisões judiciais e os créditos tributários.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pela Seguradora.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa e investimentos financeiros em moeda nacional com vencimentos originais de três meses, ou menos, a partir da data da transação, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, sendo utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, estando assim compreendidos na rubrica “caixa e bancos”.

3.2. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

3.2.1. Empréstimos e recebíveis

Compreendem substancialmente os “Prêmios a Receber”, onde o valor de mercado é igual o valor contábil registrado, conforme determinado pelo órgão regulador, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Em caso de não pagamento de prêmios de seguros fracionados e em parcela única, a Seguradora adota como procedimento para cancelamento as regras estabelecidas pela Circular SUSEP nº. 239, de 22 de dezembro de 2003.

3.2.2. Valor justo por meio do resultado

No reconhecimento inicial, uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificada como mantida para negociação e seja designada como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

3.2.3. Mantidos até o vencimento

A classificação de ativos financeiros na categoria “mantidos até o vencimento” requer da Seguradora intenção e capacidade financeira para manter estes ativos até o momento de seu vencimento. O reconhecimento desses ativos é feito pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e reconhecidos no resultado.

3.2.4. Disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - “Impairment”

Na data do balanço é avaliado se há evidência objetiva de perda de valor para um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado até o valor da perda reconhecida.

A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é feita por meio de reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado.

Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.4. Valor justo dos ativos financeiros

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preço de negociação. O valor justo dos ativos financeiros é apurado da seguinte forma: Os preços são definidos ou acompanhados conforme segue: (I) Títulos públicos - apurados com base nos preços de mercado secundário divulgados pela

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e (II) Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo. As quotas de fundos de investimento abertos são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades.

3.5. Passivos financeiros

O reconhecimento de um passivo financeiro no balanço patrimonial é efetuado quando for provável que uma saída de recursos seja exigida em liquidação de uma obrigação contratual de determinada importância em moeda ou em instrumentos financeiros. Os passivos financeiros contemplam substancialmente obrigações com prestadores de serviços e contas a pagar reconhecidos pelo valor justo.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - “Impairment”

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de impairment. Caso haja tal indicação, é estimado o valor recuperável do ativo.

É reconhecida uma perda por impairment no montante pelo qual o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e seu valor de uso.

Uma perda por impairment é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para determinação do valor recuperável e é revertida somente na extensão em que o valor de contabilização do ativo não exceda o valor de contabilização que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização.

3.7. Créditos das operações de seguros

Os prêmios a receber e os respectivos custos de aquisição diferidos são registrados deduzidos dos juros a apropriar, que são reconhecidos em resultado financeiro de acordo com o prazo de parcelamento dos prêmios. A provisão para risco de crédito é constituída para as faturas que estejam vencidas há mais de 60 dias.

Os montantes das provisões constituídas são julgados suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de créditos e contas a receber.

3.8. Outros valores e bens - Salvados

Contempla substancialmente o registro de bens patrimoniais já ressarcidos aos segurados, porém recuperados, avaliados ao valor justo. Os bens são mensalmente levados a leilão público.

3.9. Investimentos

Os investimentos estão reconhecidos pelo valor de custo por conta da participação da Seguradora não atingir os níveis mínimos para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Refere-se às participações societárias no IRB Brasil Resseguros S.A., na Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. e obras de arte.

3.10. Imóveis destinados a renda

Denominação atribuída aos imóveis próprios da Seguradora cuja finalidade é obter renda através da locação imobiliária. O imóvel destinado à renda foi registrado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada, calculada com base na vida útil estimada em 25 anos, e perdas por impairment acumuladas, quando aplicável.

Os ganhos e perdas na alienação de Imóveis destinados à renda são registrados na demonstração do resultado como Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes.

3.11. Imobilizado

O ativo imobilizado é avaliado pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por *impairment* acumuladas, quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O Software adquirido como parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas decorrentes da alienação de um ativo imobilizado são apurados através da comparação entre os recursos financeiros obtidos com a venda e o valor contábil líquido do ativo imobilizado, reconhecidos no resultado do exercício. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo é inferior ao seu valor contábil.

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam revertidos para a Seguradora e o seu custo for mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados.

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada dos ativos. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Imóveis de uso	25 anos
Sistemas de comunicação	10 anos
Equipamentos de informática, sistemas de processamento de dados	5 anos
Móveis, equipamentos e instalações	10 anos

3.12. Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física, decorrentes da aquisição de softwares, capazes de gerar benefícios econômicos para a Seguradora. Esses softwares são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do software, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos softwares mantidos pela Seguradora é de cinco anos.

Os valores levantados no balanço referem-se aos “softwares” informados pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.. A Seguradora mantém registrados ativos intangíveis totalmente amortizados.

3.13. Provisões técnicas - Seguros

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na Resolução CNSP nº. 162/2006 alterada pelas Resoluções CNSP nº. 181/2007, 195/2008, 204/2009, 222/2010, 226/2010 e Circular SUSEP nº. 288/2005, com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), devidamente produzidas e revisadas por atuário responsável, descritas a seguir:

3.13.1. Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG

Constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações de despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo. O cálculo da PPNG apura a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice ou endosso representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição.

3.13.2. Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG/RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos dos riscos vigentes mas não emitidos (PPNG-RVNE) representa o ajuste da PPNG dada à existência de riscos assumidos pela seguradora cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida.

3.13.3. Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP)

A provisão para insuficiência de prêmios (PIP) é calculada de acordo com critérios atuariais, considerando-se as características dos negócios da Seguradora. A PIP representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências das provisões de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros.

O resultado dos cálculos efetuados na data do levantamento destas demonstrações financeiras não apresentou necessidade de constituição da PIP.

3.13.4. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)

A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativas de pagamentos prováveis, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data das demonstrações financeiras.

A provisão de sinistros a liquidar em discussão judicial (PSLJ) inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações e custos associados, acrescida de atualização monetária, e tem por base as notificações de ajuizamento recebidas até a data do balanço. Sua constituição leva em consideração a opinião dos assessores jurídicos em relação ao desfecho final das ações em curso.

3.13.5. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (IBNER)

A provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER) deve ser constituída, por meio de estimativa atuarial, para a cobertura do desenvolvimento dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos os valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final, na data base de cálculo, de acordo com a responsabilidade da sociedade seguradora.

3.13.6. Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR)

Esta provisão, constituída para os seguros de danos e pessoas, visa a cobertura de possíveis sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base de cálculo, considerando indenizações e despesas relacionadas, de acordo com a responsabilidade retida pela Seguradora, sendo calculada com base em NTA. A provisão dos sinistros ocorridos e não avisados do ramo do Seguro Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores - DPVAT é constituída com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

3.13.7. Provisão Complementar de Prêmios (PCP)

Constituída mensalmente para garantir a complementação da PPNG, a provisão complementar de prêmio considera todos os riscos vigentes, emitidos ou não, assumidos pela Seguradora.

3.13.8. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC)

A provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC) está vinculada a seguros de vida com cobertura por sobrevivência, na modalidade Vida Gerador de Benefícios Livre (VGBL), garantindo a cobertura de participantes cujos benefícios ainda não iniciaram. Tal provisão representa o montante de contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, e acrescidos dos rendimentos financeiros gerados pela correspondente aplicação em fundo de investimento especialmente constituído (FIE).

3.13.9. Outras provisões

Correspondem, substancialmente, à Provisão de Despesas Administrativas (PDA), que é constituída com o objetivo de cobrir o déficit administrativo, com base nos recursos oriundos dos resultados administrativos apurados mensalmente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A..

3.13.10. Teste de Adequação de Passivos (TAP)

Conforme requerido pelo CPC 11, em cada data de balanço deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos em curso na data de execução do teste. Este teste de adequação dos passivos para fins de elaboração das demonstrações financeiras foi instituída pela SUSEP, por intermédio da Circular SUSEP, nº. 457/2012 de 14 de dezembro de 2012, e deverá avaliar na data-base, as obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguros.

A Seguradora avalia a adequação de suas Provisões Técnicas, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro vigentes na data base de suas demonstrações financeiras, através do TAP. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. Considerando as similaridades dos riscos expostos, a Seguradora optou por agrupar e classificar seus contratos avaliados nos seguintes segmentos: 1) Patrimonial; 2) Automóveis; 3) Pessoas Coletivo e 4) Pessoas Individual. O estudo do TAP não se aplica aos contratos e certificados relativos aos ramos Dpvt e Dpem.

O estudo do TAP considera bases atuariais, premissas atuais e a estimativa mais adequada e prudente de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e acessórias para liquidação de sinistros. Os fluxos de caixa foram agrupados trimestralmente, sendo atendidas as demais determinações da legislação vigente.

Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente pela taxa a termo Pré, fornecida pela SUSEP para o cupom de IPCA no ramo de automóveis e IGPM nos demais ramos.

Em decorrência da aplicação do parágrafo 1º do artigo 3º da Circular Susep 457/2012, observou-se, no estudo do TAP, realizado em 31 de dezembro de 2012, a necessidade de constituição de provisão no segmento Patrimonial, ramo Compreensivo Empresarial (descontinuado nas operações da Seguradora), em R\$ 21 mil, a ser reconhecido até a próxima publicação das Demonstrações Financeiras intermediárias, conforme prerrogativa dada pela mesma Circular 457.

3.14. Benefícios aos empregados

Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

Benefícios pós-emprego

A Seguradora é uma das patrocinadoras da Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários a seus participantes, cujo plano era de “Benefício Definido - BD” e passou a ser de “Contribuição Definida - CD” a partir de 1998. Com base na Resolução n.º 16, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC, de 22 de novembro de 2005, o plano passou a denominar-se “Contribuição Variável - CV”. O seu regulamento determina que:

- Os benefícios de aposentadorias (tempo de serviço, especial, idade, antecipada e invalidez) e pensão por morte consistirão numa renda mensal vitalícia de valor atuarialmente equivalente a 100% do saldo da conta do participante na data do cálculo.
- Benefício de aposentadoria por invalidez não poderá ser inferior a 0,60 SRB-BP, e o de pensão por morte, será de, no mínimo, 50% do benefício calculado de invalidez mais 10% do referido benefício para cada dependente, limitado a 5, no qual:

SRB = Salário Real de Benefício.

BP = Benefício Previdenciário.

O participante que na época da rescisão de seu contrato de trabalho não tiver, ainda, adquirido a elegibilidade para quaisquer benefícios de aposentadoria, poderá resgatar o seu saldo ou portar seu direito acumulado para outro plano cujo benefício é 100% do saldo de contribuição de participante mais 2/12% (dois doze avos por cento) por mês de contribuição, até o máximo de 40% do saldo da conta de contribuição da patrocinadora, caso o participante tenha pelo menos cinco anos de contribuição ao plano II de aposentadoria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 7% do salário de participação), correspondem a R\$248 (R\$219 em 2011).

A avaliação do plano de benefícios da Fundação BANESTES, em conformidade com a legislação, é procedida anualmente por atuário independente no final de cada exercício social.

Como parte do processo de saneamento do BANESTES, e suas controladas, contratado ao abrigo da Medida Provisória n.º 1.612-17, de 20 de novembro de 1997, foi assinado, em 29 de junho de 1998, um contrato de assunção de dívida entre o Estado do Espírito Santo e a Fundação BANESTES de Seguridade Social – BANESES, mediante as cláusulas primeira, segunda e terceira, tendo o Estado do Espírito Santo assumido a dívida de R\$147.000, reconhecida pelo BANESTES e suas controladas, referente ao passivo atuarial daquela entidade.

Na forma estabelecida pela cláusula sexta do Contrato de Assunção de Dívida, o Estado do Espírito Santo autoriza o BANESTES, na condição de mero interveniente, a efetuar débitos na conta única de movimentação financeira do Estado, mantida na Instituição, nos casos de eventuais descumprimentos, por parte do Estado, das obrigações financeiras estabelecidas no Contrato de Assunção de Dívida.

Política Contábil Adotada pela Seguradora no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais

A Seguradora adota como procedimento, conforme os itens 92 e 93 do Pronunciamento Técnico CPC 33, para o valor do reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais como receita ou despesa se o valor líquido acumulado dos ganhos e das perdas atuariais não reconhecidos no final do exercício anterior exceder o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação de benefício definido nessa data (antes da dedução dos ativos do plano); e
- 10% do valor justo de quaisquer ativos do plano nessa data.

As parcelas dos ganhos e perdas atuariais do plano serão reconhecidas, conforme definido acima, dividida pelo tempo médio remanescente de vida laborativa dos empregados participantes do plano.

Assistência à Saúde

A Seguradora também é uma das patrocinadoras da Caixa de Assistência dos Empregados do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para assistência à saúde, na modalidade de autogestão.

Em 31 de dezembro de 2012, a contribuição mensal da patrocinadora, equivaleu a 50% do valor estabelecido na tabela por faixa etária, para cada empregado, o que correspondeu à Seguradora R\$77 (R\$67 em 2011).

Outros Benefícios concedidos aos empregados

A Seguradora oferece também aos seus empregados outros benefícios tais como: seguro de vida e acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante totalizou em 31 de dezembro de 2012 R\$34 (R\$44 em 2011).

3.15. Impostos sobre o lucro

A provisão para imposto de renda e a contribuição social do exercício de 2012 corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que excede R\$240 ao ano para imposto de renda e a 15% sobre o lucro tributável para a contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registradas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.16. Outros tributos

Outros tributos incidem sobre a receita operacional e são reconhecidos no resultado como “Despesas com Tributos”, dentre os quais se destacam:

- **PIS e COFINS** - Contribuições sociais federais que, para instituições financeiras e equiparadas, incidem sobre a receita bruta, com os ajustes previstos na Lei nº. 9.718 de 27 de novembro de 1998. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%.
- **Taxa de fiscalização da SUSEP** - Taxa federal recolhida pelo mercado segurador, conforme Lei nº. 12.249 de 11 de junho de 2010.

3.17. Provisões judiciais ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativas dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável. Para as provisões judiciais envolvendo sinistros a Seguradora provisiona ações com perdas possíveis.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados, mas não provisionados, se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado. Os passivos contingentes cuja probabilidade de perda for remota não são provisionados ou divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

3.18. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.

3.19. Classificação dos contratos de seguro e de investimento

Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente.

Na data de adoção do CPC 11, a Seguradora não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11.

Mensuração dos contratos de seguros

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, sendo a parcela de prêmios ganhos reconhecida no resultado, de acordo com o período decorrido de vigência do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento das despesas de comercialização.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização cujo período de cobertura do risco já iniciado mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos – RVNE) são reconhecidas com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em consideração a experiência histórica da Seguradora.

A contabilização das operações de retrocessão e do ramo DPVAT são realizadas com base nas informações recebidas do IRB - Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

As operações de resseguros, quando ocorridas, são contabilizadas com base nos contratos firmados com as resseguradoras. As despesas e receitas oriundas desses contratos são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro. A Seguradora não registrou operações de resseguros nos exercícios correspondentes a 2011 e 2012.

Os ativos e passivos financeiros decorrentes desses contratos são baixados com base (I) nas prestações de contas emitidas pelo IRB - Brasil Resseguros S.A. por meio dos movimentos operacionais periódicos sujeitos à análise da Companhia e (II) nas prestações de contas preparadas pela Companhia e que estão sujeitas à análise pelos demais resseguradores. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.

3.20. Patrimônio líquido

O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, facultada a sua representação em títulos múltiplos. O BANESTES S.A. detém sempre, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante da sociedade.

3.21. Lucro líquido por ação básico e diluído

O lucro por ação básico da Seguradora é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada do número de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo quaisquer ações em tesouraria recompradas e classificadas como ações em tesouraria nas demonstrações financeiras.

O cálculo do lucro por ação básico apurado no exercício está assim apresentado:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido.....	12.567	3.770
Média ponderada do número de ações em circulação no período	14.791.405.093	14.791.405.093
Lucro por ação básico (em unidades de R\$).....	0,000849607	0,000254881
Lucro por ação básico (por lote de mil ações).....	0,8496	0,2549

3.22. Apresentação de relatório por segmento

Um segmento é um componente distinto que origina produtos ou serviços (segmento de negócio) ou fornece produtos ou serviços dentro de determinado ambiente econômico (segmento geográfico) e que é sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles dos demais segmentos.

A Seguradora definiu seus segmentos operacionais levando em consideração as mesmas bases aplicáveis à tomada de decisão sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho, estando nesse sentido organizado em dois segmentos: Seguros de Danos, focado principalmente no seguro Auto; e Seguros de Pessoas, incluindo VGBL.

De acordo com o CPC 22 (Informações por segmento - item 2), a Seguradora está dispensada a apresentar informações por segmento.

4. Gerenciamento de riscos

A Seguradora gerencia seus riscos através de comitês para avaliação de políticas de aceitação, cumprimento de normas e avaliação de sinistros vultosos. As avaliações dos comitês são repassadas à Diretoria para avaliação e homologação, que divulga todas as decisões para cumprimento de todas as áreas envolvidas.

As categorias de riscos estão assim apresentadas:

4.1. Risco de seguros (subscrição)

Entende-se como risco de seguro aquele transferido à seguradora pelo segurado, através de contrato formal, onde exista a possibilidade de ocorrência de evento previsto, futuro e incerto, que altere a situação econômica e financeira do segurado.

A gestão dos passivos de contratos de seguros é realizada pela Administração em conjunto com o atuário responsável, que atua definindo políticas operacionais específicas e efetuando avaliações sobre os saldos provisionados para fazer frente aos passivos de contratos de seguros. Além disso, a Seguradora possui um comitê de produtos e comercialização composto por membros da área de sinistro e de operações, com autonomia para deliberar a respeito das provisões de prêmios e sinistros, que se reúnem sempre que necessário para analisar os resultados apurados mensalmente.

A Seguradora possui ainda, um comitê de sinistro composto por membros da área de sinistros, jurídica, controles internos e operacional, que se reúne sempre que necessário para avaliação de sinistros com recusa de cobertura técnica ou com indícios de fraude, visando garantir o cumprimento das condições contratuais do seguro e mitigar riscos de fraude identificados, propor alterações nos produtos comercializados, quando verificada a necessidade, bem como analisar e deliberar sobre o impedimento de clientes suspeitos de operar com a Seguradora em relação a crimes de fraude.

A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos de forma que o resultado adverso desses eventos seja minimizado. Os fatores que minimizam a volatilidade do risco de seguro incluem a diversificação de risco, tipo de risco, questões geográficas, profissões e idades de interesse, restrição dos limites máximos de indenização de acordo com o interesse e políticas estabelecidas.

Os produtos comercializados pela Seguradora estão divididos da seguinte forma:

4.1.1. Seguros de automóveis

Este produto destina-se a proprietário de veículos automotores em geral, pessoa física ou jurídica, e são oferecidas coberturas básicas: Compreensiva (Colisão, Incêndio e Roubo/Furto); Incêndio e Roubo/Furto, Responsabilidade Civil Facultativa (Danos Materiais e Danos Corporais) e Acidentes Pessoais Passageiro; e coberturas adicionais: despesas extraordinárias, franquia simples, coberturas para acessórios e equipamentos, cobertura para menores de 25 anos. Os contratos de seguro possuem vigência anual e, excepcionalmente, prazo inferior a 12 meses, podendo ser pagos de forma parcelada. A importância segurada baseia-se no valor de mercado referenciado determinado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Tabela FIPE). Somente nos casos em que o veículo não tenha cotação na Tabela FIPE pode-se contratar um seguro na modalidade valor determinado.

De acordo com a política de aceitação de riscos, a área de aceitação de riscos leva em consideração para os seguros de veículos diversos fatores no cálculo do prêmio de seguro, como perfil do segurado (idade e sexo do condutor do veículo, região de circulação do veículo, tipo de utilização, condições de guarda do veículo) e fatores de agravamento do risco (veículo rebaixado, proposta de contratação exclusiva de RCF-V).

A área operacional possui a faculdade de aceitar ou não determinados riscos com base na política de aceitação. Essa análise é realizada no momento da contratação, observando a experiência do proponente tanto na Seguradora quanto no mercado, além de considerar o risco de crédito por parte do proponente, dentre outros.

4.1.2. Seguros de vida

A Seguradora emite contratos de Vida, Acidentes Pessoais Coletivo, Prestamista, Bilhete de Acidentes Pessoais e Vida Empresarial. Estes contratos cobrem o capital segurado no caso de morte acidental, invalidez permanente por acidente, garantia de recebimento do capital segurado em caso de morte do cônjuge, garantia de indenização, em caso de morte de filho incluso na apólice, despesas médicas e hospitalares.

A precificação do seguro (cálculo atuarial) é realizada de acordo com a importância segurada, idade do segurado e ocupação profissional. Como política de gestão de risco, a Seguradora faz a análise da Declaração Pessoal de Saúde, bem como o reenquadramento dos riscos com base na faixa etária do segurado.

Na modalidade empresarial, são cobertos grupos de empresas abrangendo sócios, diretores e funcionários que estejam em boas condições de saúde, em plena atividade profissional e que não tenham doenças ou lesões pre-existentes.

Nesta modalidade a idade mínima para a inclusão de um segurado é a de 14 anos e a máxima é de 64 anos, 11 meses e 29 dias na data de contratação.

Alguns riscos e categorias de entidades são imediatamente declináveis no ato de sua aceitação, tais como: operários de construção civil, vigilância, *motoboy*, dentre outros.

O capital segurado mínimo inicial é de R\$10.000,00 (dez mil reais) e o máximo de R\$100.000,00 (cem mil reais).

4.1.3. VGBL

O VGBL BANESTES RENDA FIXA é um produto de seguro da Seguradora, que tem por objetivo garantir o pagamento de um benefício futuro e programado, servindo como fonte ou complemento de renda para o segurado (aposentadoria).

O produto VGBL BANESTES possui características diferentes em dois momentos distintos. Num primeiro momento, a característica é de um produto de investimento, em que os valores de contribuição e aportes feitos pelo segurado são aplicados num fundo exclusivo e comunitário a todos os segurados desse produto. No segundo momento, a característica é de um produto de aposentadoria, que garante o pagamento de uma renda na forma estabelecida pelo segurado e que leva em conta o valor de recursos acumulados no período de contribuição dividido pelo tempo de pagamento do benefício.

O produto VGBL BANESTES disponibiliza duas condições para este tipo de evento. Na comercialização do produto é possível ao cliente contratar o seu VGBL com ou sem um capital adicional para indenização em caso da morte do segurado. Ao optar pela contratação do VGBL com esse capital, e ocorrendo a morte do segurado no período de contribuição, os beneficiários terão direito a resgatar o valor do saldo capitalizado em nome do segurado e mais o valor do capital adicional contratado. Se a opção for pela não contratação do capital adicional, os beneficiários terão direito somente ao saldo capitalizado.

O valor da contribuição mensal é estabelecido pelo cliente. Assim, quanto maior o valor da contribuição mensal e dos aportes esporádicos, maior será o valor do benefício futuro. A contribuição mínima do VGBL BANESTES é de R\$70,00 (setenta reais).

A renda futura depende, basicamente, de dois fatores: o volume de recursos capitalizados pelo cliente até o dia de pagamento do primeiro benefício e a escolha da modalidade para pagamento do benefício, se vitalício ou temporário. Na contratação do produto é possível ao cliente ter uma estimativa da renda futura, a partir de uma simulação que leva em conta o volume de recursos projetado com base no tempo de contribuição que o cliente define.

O VGBL BANESTES opera com um tempo de contribuição mínima de 10 anos e limites de idades para contratar o produto (70 anos) e receber o primeiro benefício de renda (80 anos). A razão de tais limites é permitir ao cliente capitalizar um mínimo de recursos para uma renda e tempo de benefício que satisfaça os objetivos do produto.

No momento da contratação, o cliente pode optar pela tributação no modelo regressivo ou progressivo. No modelo progressivo, em caso de pagamento de resgate, a seguradora reterá 15% do rendimento; em pagamento de benefício, aplicará a tabela progressiva, e o cliente promoverá o ajuste na declaração anual do imposto de renda. No modelo regressivo, em caso de pagamento do benefício ou de resgate, a Seguradora reterá o percentual devido ao imposto de renda, calculado conforme a tabela regressiva, e disporá ao cliente o valor líquido da tributação.

4.2. Risco de crédito

Este risco é representado pela possibilidade de perda de valor de ativos financeiros quando a contraparte não honrar o contrato celebrado, parcial ou em sua totalidade, com a Seguradora.

A Seguradora emite normas internas, em conformidade com as regulamentações da SUSEP e CVM, garantindo o cumprimento de suas políticas de investimentos, que visam garantir segurança e rentabilidade quanto aos ativos financeiros aplicados, pulverizando os recursos aplicados e monitorando sistematicamente as contrapartes envolvidas, levando em conta a capacidade financeira de honrar os compromissos assumidos com a Seguradora e ainda fatores observados no mercado.

Limites de risco de crédito são determinados com base no *rating* de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas.

Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de *rating* de crédito, seguindo as determinações da Política Corporativa de Investimentos Financeiros, que determina como *rating* mínimo BBB.

O risco de crédito originado de prêmios pendentes de pagamento é substancialmente baixo. Pois, segundo legislação brasileira, as coberturas de sinistros podem ser canceladas caso os pagamentos dos prêmios não sejam realizados até a data de vencimento, respeitando-se o período máximo de cobertura.

4.3. Risco financeiro

A Seguradora está exposta a riscos financeiros transferidos por ativos e passivos financeiros e para mitigá-los leva em consideração o ambiente macroeconômico, as legislações existentes no Brasil e a análise comparativa de passivos e ativos financeiros.

O risco de liquidez é o risco dos recursos de caixa não estarem disponíveis para honrar compromissos futuros quando vencidos. Diante disso, como política de gestão de risco de liquidez, a Seguradora mantém o compromisso de honrar todos os passivos de seguros e passivos financeiros até o vencimento.

A Seguradora considera como parte essencial da gestão de risco de liquidez a arrecadação dos prêmios de todos os contratos emitidos para honrar os compromissos assumidos e realizar investimentos destes recursos. O método utilizado para avaliação do risco de liquidez é a gestão do fluxo de caixa considerando o casamento de ativos e passivos no curto e médio prazo.

A Seguradora possui também uma política de indenizar os segurados em prazos inferiores aos que determina a legislação vigente e à média de liquidação de sinistros praticada pelo mercado.

Como ferramenta de gestão de risco financeiro, a Seguradora utiliza análises de sensibilidade e testes de stress (VaR - Value at Risk) desenvolvidos pela empresa responsável pela análise da carteira de investimentos. Os resultados são reportados periodicamente ao Comitê de Investimentos que avalia a exposição ao risco de mercado e a diversificação do portfólio de acordo com a Política de Investimentos.

Os resultados das análises são utilizados para gestão desses riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições de stress.

4.3.1. Gestão de ativos e passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Asset Liability Management*). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

		Vencidos	A vencer	A vencer	A vencer		
	Sem	Vencidos	acima de	em até	entre 1 e	acima de	Total
Ativos financeiros	vencimento	Até 1 ano	1 ano	1 ano	5 anos	5 anos	
Disponível.....	778	—	—	—	—	—	778
Aplicações.....	103.616	—	—	20.362	35.777	—	159.755
Prêmios a receber.....	—	1.047	—	15.110	—	—	16.157
Operações com resseguradoras...	—	—	—	99	—	—	99
Outros créditos operacionais.....	—	—	—	2.479	—	—	2.479
Créditos tributários e previdenciários.....	—	—	—	—	3.346	—	3.346
Despesas antecipadas.....	—	—	—	2	—	—	2
Depósitos judiciais e fiscais.....	—	—	—	7.142	8.529	—	15.671
Total dos ativos financeiros	104.394	1.047	—	45.194	47.652	—	198.287

	Sem vencimento	Vencidos até 1 ano	Vencidos acima de 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros							
Obrigações a pagar.....	—	—	—	5.888	—	—	5.888
Provisões técnicas	—	—	—	97.909	—	—	97.909
Débitos das operações com seguros	—	—	—	1.701	—	—	1.701
Provisão para contingências.....	—	—	—	—	6.765	—	6.765
Impostos e encargos sociais a recolher	—	—	—	5.012	—	—	5.012
Encargos trabalhistas.....	—	—	—	736	—	—	736
Total dos passivos financeiros ..	—	—	—	111.246	6.765	—	118.011

4.4. Análise de sensibilidade da sinistralidade da Seguradora

A Seguradora efetua análise de sensibilidade mensalmente considerando cenários otimistas e pessimistas, com base na sua sinistralidade histórica.

Com base no resultado das análises, as ações para controle da sinistralidade, se necessário, são efetuadas em conjunto com as áreas de Sinistro, Comercial e Operacional, que avaliam os critérios pertinentes a cada área e submete à Administração para ajustes.

Demonstramos a seguir tabela com a variação de 2,5% a 5% considerando a mesma produção de prêmios ganhos:

Variação da Sinistralidade	31/12/2012				
	Cenário otimista		Real	Cenário pessimista	
	63,80%	66,30%	67,80%	70,30%	72,80%
Prêmios ganhos	121.965	121.965	121.965	121.965	121.965
Sinistros ocorridos	77.814	80.863	82.696	85.741	88.791
Impacto líquido de impostos no lucro líquido e no patrimônio Líquido (40%)	26.491	24.661	23.561	21.734	19.904

4.5. Gestão de risco de capital

O gerenciamento de capital procura otimizar a relação risco *versus* retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido da Seguradora, sendo o capital total necessário para as operações da Seguradora, sendo equivalente à soma do capital base com o capital adicional.

4.5.1. Patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido

	31/12/2012	31/12/2011
Patrimônio líquido	87.802	78.435
(-) Participação em Sociedades Financeiras e não Financeiras – Nacional	(522)	(522)
(-) Despesas antecipadas	(2)	(2)
(-) Bens tangíveis (obras de arte)	(3)	(3)
(-) Ativos intangíveis.....	(38)	(25)
Patrimônio líquido ajustado	87.237	77.883
Capital base.....	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição	20.481	18.599
Capital adicional de risco de crédito	3.524	2.742
Benefício da correlação dos riscos.....	(1.554)	(1.230)
Capital mínimo requerido	37.451	35.111
Margem de solvência		
(A) - 0,20 Prêmios retidos – Últimos 12 meses	25.629	23.451
(B) - 0,33 Sinistros retidos – Últimos 36 meses	25.592	23.567
Margem de solvência valor de A ou B o maior	25.629	23.567
Maior entre capital mínimo e margem de solvência	37.451	35.111
Suficiência	49.786	42.772

O Capital Mínimo Requerido foi calculado levando em consideração os riscos de créditos e de subscrição, e ponderados de acordo às orientações das Resoluções CNSP nº. 227 e 228, de 2010.

O Capital Adicional, conforme disposto em regulação específica, é o montante variável de capital.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	778	966
Total	778	966

6. Ativos financeiros

A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros precede a utilização da hierarquia do valor justo, composta através dos seguintes níveis:

Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos, que estão prontamente e regularmente disponíveis, representando transações reais e regulares de mercado.

Nível 2 - Classificados quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.

Nível 3 - Ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado, sendo necessária a utilização de premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

A Seguradora classificou seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros				
Disponíveis para venda	68.381	27.791	41.493	29.166
Títulos de renda fixa	—	27.791	—	29.166
Fundos de investimento	68.381	—	41.493	—
Valor justo por meio do resultado	—	55.597	—	49.847
Fundos exclusivos VGBL (LFT-A)	—	4.756	—	2.396
Fundos de investimento Dpvt (LFT's)	—	30.297	—	25.849
Títulos de renda fixa	—	20.362	—	21.315
Outros ativos financeiros				
Depósito judicial	—	161	—	264
Retenção do IRB	—	21	—	23
Mantidos até o vencimento	—	7.986	—	13.400
DPGE	—	5.941	—	13.400
Letras Financeiras	—	2.045	—	—
Total	68.381	91.374	41.493	92.413

6.1. Classificação por título e vencimentos:

	31/12/2012						
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeter- minado	Valor Custo Atualizado	Valor Custo Contábil	Ganhos e perdas Mercado
Disponíveis para venda	—	27.317	—	68.381	95.698	96.172	474
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	—	23.970	—	—	23.970	23.973	3
NTN – B.....	—	3.347	—	—	3.347	3.818	471
Fundos de investimentos.....	—	—	—	68.381	68.381	68.381	—
Registrados pelo valor justo por meio do resultado	20.362	—	—	35.235	55.597	55.597	—
Para negociação							
Certificados de depósito bancário – CDBs ...	25.745	—	—	—	25.745	25.745	—
Fundos de investimentos – DPVAT	—	—	—	30.297	30.297	30.297	—
Fundos de investimentos – VGBL (Fundo Exclusivo).....	—	—	—	4.756	4.756	4.756	—
(-) Redução ao valor recuperável (i)	(5.383)	—	—	—	(5.383)	(5.383)	—
Outros ativos financeiros							
Depósito judicial.....	—	—	—	161	161	161	—
Retenção do IRB.....	—	—	—	21	21	21	—
Mantidos até o vencimento	—	7.986	—	—	7.986	7.986	—
Depósitos a prazo com garantia - FGC.....	—	5.941	—	—	5.941	5.941	—
Letras Financeiras	—	2.045	—	—	2.045	2.045	—
Total do circulante e não circulante	20.362	35.303	—	103.616	159.281	159.755	474

	31/12/2011						
	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Acima de 5 anos	Indeter- minado	Valor Custo Atualizado	Valor Custo Contábil	Ganhos e perdas Mercado
Disponíveis para venda	3.765	25.247	—	41.493	70.505	70.659	154
Letras financeiras do tesouro - LFT.....	3.765	22.091	—	—	25.856	25.858	2
NTN – B.....	—	3.156	—	—	3.156	3.308	152
Fundos de investimentos.....	—	—	—	41.493	41.493	41.493	—
Registrados pelo valor justo por meio do resultado	21.315	—	—	28.532	49.847	49.847	—
Para negociação							
Certificados de depósito bancário - CDBs	26.698	—	—	—	26.698	26.698	—
Fundos de investimentos - DPVAT	—	—	—	25.849	25.849	25.849	—
Fundos de investimentos - VGBL (Fundo Exclusivo).....	—	—	—	2.396	2.396	2.396	—
(-) Redução ao valor recuperável (i)	(5.383)	—	—	—	(5.383)	(5.383)	—
Outros ativos financeiros							
Depósito judicial.....	—	—	—	264	264	264	—
Retenção do IRB.....	—	—	—	23	23	23	—
Mantidos até o vencimento	8.067	5.333	—	—	13.400	13.400	—
Depósitos a prazo com garantia - FGC	8.067	5.333	—	—	13.400	13.400	—
Letras Financeiras	—	—	—	—	—	—	—
Total do circulante e não circulante	33.147	30.580	—	70.025	133.752	133.906	154

(i) Provisão constituída substancialmente durante o segundo exercício de 2011.

7. Prêmios a receber
7.1. Movimentação de prêmios a receber

Prêmios pendentes em 31/12/2011	14.779
Prêmios emitidos	100.416
Provisão para riscos sobre créditos.....	(44)
Cancelamentos.....	(5.807)
Baixas	(93.188)
Prêmios pendentes em 31/12/2012	16.157

7.2. Movimentação da provisão para riscos sobre créditos

Saldos em 31/12/2011	(70)
Constituições.....	(44)
Reversões	—
Perdas	—
Saldo em 31/12/2012.....	(114)

7.3. Aging prêmios a receber

	31/12/2012	31/12/2011
Prêmios a vencer	15.224	14.272
De 1 a 30 dias.....	7.279	6.684
De 31 a 60 dias.....	3.461	3.172
De 61 a 120 dias.....	3.401	3.273
De 121 a 180 dias.....	897	941
De 181 a 365 dias.....	186	202
Superior a 365 dias.....	—	—
Prêmios vencidos	1.047	577
De 1 a 30 dias.....	871	441
De 31 a 60 dias.....	62	66
De 61 a 120 dias.....	54	45
De 121 a 180 dias.....	36	4
De 181 a 365 dias.....	5	6
Superior a 365 dias.....	19	15
Provisão para crédito de liquidação duvidosa.....	(114)	(70)
Total.....	16.157	14.779

8. Créditos tributários

	31/12/2012	31/12/2011
Créditos tributários de diferenças temporárias (8.1).....	3.346	2.830
Crédito tributário - FINSOCIAL	—	74
Total do circulante e não circulante.....	3.346	2.904

Os créditos tributários de diferenças temporárias são decorrentes das provisões judiciais, e o prazo para sua realização ocorrerá quando houver desfecho das respectivas ações judiciais. No quadro abaixo apresenta-se a natureza da origem dos créditos tributários de diferenças temporárias.

8.1. Créditos tributários de diferenças temporárias

	31/12/2012			
Natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	Base de cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Provisão para contingências cíveis	887	222	133	355
Provisão para contingências trabalhistas	132	33	20	53
Provisão para contingências fiscais	1.849	462	277	739
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	113	28	17	45
Provisão para desvalorização de títulos de renda fixa	5.383	1.346	808	2.154
Total do circulante e não circulante.....	8.364	2.091	1.255	3.346

	31/12/2011			
Natureza da origem dos créditos de ajustes temporários	Base de cálculo	IRPJ (25%)	CSLL (15%)	Total
Provisão para contingências cíveis	655	164	98	262
Provisão para contingências trabalhistas	30	7	5	13
Provisão para contingências fiscais	936	234	140	374
Provisão para riscos sobre prêmios a receber	70	17	11	28
Provisão para desvalorização de títulos de renda fixa	5.383	1.346	807	2.153
Total do circulante e não circulante.....	7.074	1.768	1.061	2.830

9. Outros valores e bens – salvados a venda

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	325	403
Adições	4.303	4.131
Baixas	(4.252)	(4.209)
Saldo no final do período	375	325

10. Despesas de comercialização diferidas das operações de seguros (custo de aquisição)

	31/12/2012	31/12/2011
Automóvel.....	4.896	4.864
Pessoas	408	452
Patrimonial.....	31	—
Total do circulante e não circulante.....	5.335	5.316

11. Outros ativos não financeiros

	31/12/2012	31/12/2011
Despesas antecipadas	2	2
Depósitos judiciais	13.273	11.817
Depósitos judiciais de sinistros	2.398	2.080
Total do circulante e não circulante.....	15.673	13.899

12. Imóveis destinados a renda

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	671	700
Depreciação.....	(29)	(29)
Saldo no final do período	642	671

13. Imobilizado

Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo Residual 31/12/11	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo Residual 31/12/12
Imóveis de uso próprio.....	211	—	—	(10)	201
Equipamentos de informática	145	37	(15)	(44)	123
Móveis, máquinas e utensílios	153	12	(5)	(25)	135
Veículos.....	1	6	(2)	(1)	4
Benfeitorias em imóveis de terceiros	429	6	(11)	(48)	376
Total.....	939	61	(33)	(128)	839

14. Ativos intangíveis

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	25	15
Adições	16	12
Baixas.....	(3)	(1)
Amortização.....	—	(1)
Saldo no final do período	38	25

Os ativos intangíveis da Seguradora estão totalmente amortizados, sendo que o saldo e movimentação apresentados são relativos, em sua totalidade, a itens informados pela Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A..

15. Obrigações a pagar

	31/12/2012	31/12/2011
Serviços de assistência e outros	4.531	4.238
Juros sobre o capital próprio.....	825	18
Provisão de participação nos lucros (Nota 17)	532	495
Outros fornecedores	—	319
Total.....	5.888	5.070

16. Provisões técnicas - Seguros

16.1. Composição das provisões técnicas - Seguros por ramo

A composição das provisões técnicas - Seguros, registradas no passivo de curto prazo, está assim apresentada, por agrupamento de ramos:

	31/12/2012				
	Auto	Vida	DPVAT	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	28.578	898	—	148	29.624
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	1.424	20	—	7	1.451
Provisão de sinistros a liquidar (PSL).....	14.764	7.317	15.776	336	38.193
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER).....	540	1.460	—	—	2.000
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	1.682	4.720	14.103	3	20.508
Provisão complementar de prêmios (PCP)	31	934	—	6	971
Provisão para despesas administrativas (PDA/DPVAT)	—	—	406	—	406
Provisão matemática benefícios a conceder (PMBaC).....	—	4.756	—	—	4.756
Total das provisões	47.019	20.105	30.285	500	97.909

	31/12/2011				
	Auto	Vida	DPVAT	Demais	Total
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	25.635	980	—	10	26.625
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	1.250	25	—	—	1.275
Provisão de sinistros a liquidar (PSL).....	12.558	7.472	17.299	503	37.832
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBENR).....	—	—	—	—	—
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	1.262	3.247	8.470	18	12.997
Provisão complementar de prêmios (PCP)	27	987	—	—	1.014
Provisão para despesas administrativas (PDA/DPVAT)	—	—	70	—	70
Provisão matemática benefícios a conceder (PMBaC).....	—	2.396	—	—	2.396
Total das provisões	40.732	15.107	25.839	531	82.209

16.2. Movimentação das provisões técnicas

A movimentação das provisões técnicas - seguros, registrada no passivo circulante, está assim apresentada:

	Saldo em 31/12/11	Consti- tuição	Reversões Pagamentos	Saldo em 31/12/12
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVE)	26.625	4.226	(1.227)	29.624
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG/RVNE)	1.275	236	(60)	1.451
Provisão de sinistros a liquidar (PSL).....	37.832	4.578	(4.217)	38.193
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER).....	—	2.000	—	2.000
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	12.997	9.191	(1.680)	20.508
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	—	259	(259)	—
Provisão complementar de prêmios (PCP)	1.014	650	(693)	971
Provisão para despesas administrativas (PDA/DPVAT)	70	543	(207)	406
Provisão matemática benefícios a conceder (PMBaC).....	2.396	2.542	(182)	4.756
Total das provisões	82.209	24.225	(8.525)	97.909

16.3. Ativos vinculados para cobertura das provisões técnicas – Seguros

	31/12/2012	31/12/2011
Provisões técnicas para garantia		
Provisões técnicas	(97.909)	(82.209)
Direitos creditórios.....	11.329	10.312
Depósitos judiciais	2.398	2.080
Total.....	(84.182)	(69.817)
Ativos garantidores		
Títulos de renda fixa – Privados.....	21.574	20.560
Títulos de renda fixa – Públicos.....	27.791	29.166
Fundos de investimentos.....	45.679	30.293
Imóveis.....	600	630
Excedente de garantia.....	11.462	10.832

16.4. Tabela de desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento dos sinistros incorridos e os valores pagos referente ao ano de aviso estão assim demonstrados:

Avisados (Até)	Posição em 31/12/2012					
	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012
No final do ano evento	157.332	45.356	42.240	45.856	52.252	54.005
Após um ano	160.736	45.502	42.192	46.738	51.232	—
Após dois anos	162.397	45.638	42.639	47.399	—	—
Após três anos	163.848	45.643	42.730	—	—	—
Após quatro anos	165.498	45.718	—	—	—	—
Após cinco anos	165.664	—	—	—	—	—
Pagamentos						
No ano evento	145.255	37.178	34.360	36.779	41.360	42.618
Após um ano	10.295	6.820	6.919	7.661	7.930	—
Após dois anos	1.734	187	420	440	—	—
Após três anos	2.183	214	181	—	—	—
Após quatro anos	1.094	106	—	—	—	—
Após cinco anos	819	—	—	—	—	—
Pagamentos acumulados ..	161.380	44.505	41.880	44.880	49.290	42.618
Incorridos	165.663	45.718	42.730	47.399	51.232	54.005
(-) Pagos	(161.380)	(44.505)	(41.880)	(44.880)	(49.290)	(42.618)
PSL Ramos Próprios	—	—	—	—	—	22.194
Dpvt	—	—	—	—	—	15.777
Retrocessão	—	—	—	—	—	222
PSL Total	—	—	—	—	—	38.193

17. Benefícios a empregados

	31/12/2012	31/12/2011
Provisão de gratificações	73	—
Provisão para férias	662	616
Provisão de participação nos lucros*	532	495
Total	1.267	1.111

(*) registrada em obrigações a pagar (nota 15)

18. Provisões

Os valores referentes aos principais processos judiciais são compostos como vemos abaixo, sendo ainda demonstrado os depósitos correspondentes:

a. Composição do saldo contábil

	Depósitos judiciais (1)		Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis (2)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Ações fiscais – INSS (I)	4.956	4.739	1.703	1.701
Ações fiscais – COFINS (II)	2.801	2.708	1.387	1.388
Ações fiscais – CSLL (III)	4.778	3.512	5.638	3.512
Ações fiscais – PMV	—	—	82	76
Ações trabalhistas	6	—	132	31
Subtotal	12.541	10.959	8.942	6.708
Ações cíveis (IV)	215	205	887	654
Ações cíveis - Sinistro (V)	2.398	2.080	23.073	22.544
Total	15.154	13.244	32.902	29.907

(1) Está registrado na rubrica contábil de depósitos judiciais o montante de R\$517 (R\$653 em dezembro de 2011) referente a depósitos judiciais ainda sem identificação, que em sua maioria são associados a processos judiciais envolvendo a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A., os quais, após identificados, são devidamente ressarcidos à Banestes Seguros.

(2) Os Outros Débitos – Provisões judiciais contemplam:

	31/12/2012	31/12/2011
I – Provisões fiscais.....	5.746	3.613
II – Provisões trabalhistas	132	31
III – Provisões cíveis.....	887	655
Total.....	6.765	4.299

b. Movimentação do saldo contábil

	Contingências fiscais e trabalhistas	
	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do período	6.708	5.871
Constituição	1.957	9
Atualização	277	848
Reversão.....	–	(20)
Saldo no final do período	8.942	6.708

c. Natureza das contingências

A Seguradora mantém provisão para contingências sob as seguintes rubricas: Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis - de acordo com a estimativa de perda; Contingências Cíveis (Sinistro) - limitadas à importância segurada e corrigida de acordo com as condições contratuais.

d. Detalhamento dos processos por natureza de risco de perda:

Fiscais (contas a pagar)			
	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado
Prováveis.....	03	3.064	3.064
	03	3.064	3.064
Fiscais			
	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado
Prováveis.....	05	5.746	5.746
	05	5.746	5.746
Trabalhistas			
	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado
Prováveis.....	05	132	132
	05	132	132
Cíveis (*)			
	Quantidade	Valor estimado	Valor contabilizado
Prováveis.....	137	5.540	5.540
Possíveis.....	204	7.133	4.846
Remotas.....	50	12	10
	391	12.685	10.396

(*) Estão apresentados no montante de Contingências Cíveis os processos judiciais relacionados a sinistros e os processos judiciais não relacionados a sinistros.

Cíveis (Seguradora Líder)		
	Quantidade	Valor estimado
Possíveis.....	2.440	30.714
	2.440	30.714

A avaliação das chances das ações ajuizadas pela Seguradora é realizada exclusivamente pelos advogados responsáveis pelas causas, os quais utilizam o exame da jurisprudência (judicial ou administrativa) para fins de classificação. No caso das ações do consórcio DPVAT, são contabilizadas a partir das informações mensais disponibilizadas pela Seguradora Líder.

e. Detalhamento das principais causas contingentes e depósitos judiciais relacionados:

Contingências fiscais

- i. INSS – A Seguradora possui registrado, em 2012, o montante de R\$1.703 (R\$1.701 em 31 de dezembro de 2011), referente às NFLDs (Notificações Fiscais de Lançamento de Débito): 35.776.170-7 (desconsideração pessoa jurídica e lançamento contribuição como segurado- empregado de profissionais contratados via empresa terceirizada para prestação de serviços de informática); 35.776.224-0 (incidência de contribuição sobre verba paga a título de incentivo financeiro para custeio de curso de pós-graduação e mestrado); e 35.776.171-5 (alegação de descumprimento de obrigação acessória com relação a GFIP), com correspondente depósito judicial de R\$4.956 (R\$4.739 em 31 de dezembro de 2011). Deste montante, R\$1.677 refere-se a processos transitados em julgado, e registrados no contas a pagar, na rubrica impostos e encargos sociais a recolher. A Seguradora aguarda a homologação da Procuradoria da Receita Federal do Brasil para levantamento dos depósitos judiciais, atualizado monetariamente até a data dessas demonstrações financeiras.
- ii. COFINS - A Seguradora possui processo transitado em julgado no montante de R\$1.387 (R\$1.388 em 31 de dezembro de 2011), registrado no contas a pagar, na rubrica impostos e encargos sociais a recolher, com correspondente depósito judicial de R\$2.801 (R\$2.708 em 31 de dezembro de 2011). A Seguradora aguarda a homologação da Procuradoria da Receita Federal do Brasil para levantamento do depósito judicial atualizado monetariamente até a data dessas demonstrações financeiras.
- iii. CSLL - A Seguradora ajuizou ação contra a Secretaria da Receita Federal do Brasil e mantém registrado o valor de R\$3.896 (R\$2.678 em 2011) em depósitos judiciais, em razão da majoração da alíquota de 9% para 15%, definida pela Medida Provisória nº. 413/08, convertida na Lei nº. 11.727, de 23 de junho de 2008, que passou a vigorar a partir de 1º de maio de 2008, mantendo provisão de igual valor no exigível a longo prazo. A Seguradora possui ainda, registrados no realizável a longo prazo, depósitos judiciais no montante de R\$882 (R\$834 em 2011), mantendo provisão de igual valor no exigível a longo prazo, em razão da não homologação de compensação efetuada com débitos da contribuição social no período compreendido entre janeiro e setembro de 2002, e provisão de R\$859 (R\$0 em 2011) que refere-se ao período de outubro e novembro de 2002, janeiro de 2003 e março a novembro de 2003. A Seguradora ativou créditos oriundos da contabilização do Plano Verão, em 1996, resultando em crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social. A compensação desses créditos estendeu-se até 2001 para o Imposto de Renda e até setembro de 2002 para a CSLL. Em análise da compensação efetuada neste último período de 2002, entendeu a RFB, que a Seguradora teria 5 (cinco) anos para efetuar a compensação dos créditos, porém esta teria ultrapassado o prazo prescricional. Entretanto, é uníssono na jurisprudência pátria que o prazo para restituição e compensação é de 5 (cinco) anos a partir do pagamento indevido, acrescido de mais 5 (cinco) anos após a homologação tácita. Dessa forma, o prazo para compensação seria de 10 (dez) anos. A execução fiscal foi ajuizada pelo Fisco, com a apresentação de embargos pela Seguradora e realização do depósito visando suspender a execução e a análise dos embargos apresentados.

Contingências cíveis

- iv. Referem-se à estimativa de perdas com ações cíveis não relacionadas a sinistros.
- v. Referem-se à estimativa global de perdas com ações relacionadas a sinistros decorrentes do curso normal das operações, divididas entre ações próprias e da Seguradora Líder do Consórcio DPVAT nos montantes de R\$9.509 e R\$13.564, respectivamente. Para as ações próprias, foram registrados depósitos judiciais no montante de R\$2.398 (R\$2.080 em 2011).

Crédito FINSOCIAL:

Estavam registrados, em 31 de dezembro de 2011, no ativo circulante créditos no valor de R\$74, gerados em decorrência da majoração das alíquotas do FINSOCIAL (alíquotas superiores a 0,5%) promovida pelas Leis 7.787/89 (art. 7º); 7.849/89 (art. 1º) e 8.147/90 (art. 1º). Este tema já está pacificado pelo Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade da cobrança para empresas comerciais, mistas e instituições financeiras e declarou constitucional a exigência do FINSOCIAL para empresas exclusivamente prestadoras de serviço. Com o encerramento de todos os prazos para interposição de recursos pelas partes no processo judicial movido pela Seguradora, se tornou certo o crédito, sendo este ativado em dezembro de 2010, transitado em julgado pela Receita Federal em 18/02/2011 e compensado em 20/01/2012 o valor de R\$74 com a COFINS referente a dezembro/2011, através de PERDCOMP.

19. Patrimônio líquido**19.1. Capital social**

Constituído por 14.791.405.093 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, sendo 100% (cem por cento) das ações ordinárias pertencentes ao BANESTES S.A.. O valor do capital social sofreu alteração em 30 de março de 2011, mediante incorporação de reservas legal e estatutária, sem emissão de novas ações, passando de R\$55.368 para R\$75.927, conforme aprovação da AGE em 30 de março de 2011.

19.2. Reservas de lucros

O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei nº. 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço anual terá, pela ordem:

19.3. Reserva legal

São destinados 5% (cinco por cento) do lucro líquido, antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº. 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

19.4. Reservas estatutárias

São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 50% (cinquenta por cento) do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social.

19.5. Demonstrativo do cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social confere direitos a dividendos mínimos de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício social, nos termos do artigo nº. 202 da Lei nº. 6.404/76. Conforme faculta a Lei nº. 9.249/95, a Seguradora optou pela distribuição de juros sobre o capital próprio, que foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios e estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	31/12/2011
Lucro líquido do exercício	12.567	3.770
Reserva legal.....	(628)	(188)
Reservas de reavaliação transferidas para lucros acumulados.....	2	32
Base de cálculo de dividendos	11.941	3.614
Dividendo mínimo – 25%.....	2.985	903
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	3.520	1.450
Imposto de Renda retido na fonte de juros sobre o capital próprio	(528)	(218)
Total de juros sobre o capital próprio líquido de imposto e dividendos	2.992	1.232

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados no exercício de 2012 no montante de R\$3.520 (R\$1.450 em 31 de dezembro de 2011), com retenção de 15% (quinze por cento) a título de Imposto de Renda no valor de R\$528 (R\$218 em 31 de dezembro de 2011), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que, líquidos do Imposto de Renda na Fonte, perfazem o montante de R\$2.992 (R\$1.232 em 31 de dezembro de 2011). Foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), conforme artigo 9º da Lei nº. 9.249/95.

Demonstrativo de juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao exercício de 2012:

Descrição	Data crédito/ destinação	Valor bruto por ação	Valor bruto	Data pagamento
Juros sobre o capital próprio	31/01/2012	0,00002501	370	01/03/2012
	30/03/2012	0,00001352	200	02/05/2012
	30/04/2012	0,00002028	300	01/06/2012
	31/05/2012	0,00002028	300	02/07/2012
	29/06/2012	0,00001487	220	01/08/2012
	31/07/2012	0,00002637	390	03/09/2012
	28/09/2012	0,00002704	400	01/11/2012
	31/10/2012	0,00002637	390	03/12/2012
	30/11/2012	0,00002637	390	03/01/2013
	31/12/2012	0,00003786	560	01/02/2013
Total.....			3.520	

20. Detalhamento das contas das demonstrações de resultado

	31/12/2012	31/12/2011
20.1. Prêmios emitidos líquidos.....	125.441	114.935
Prêmios - Riscos Emitidos	100.416	90.645
Prêmios Cancelados	(5.665)	(5.294)
Prêmios Restituídos	(142)	(135)
Prêmios - Riscos Vigentes Não Emitidos	267	79
Prêmios Convênio DPVAT.....	30.565	29.640
20.2. Rendas de Contribuições e Prêmios	2.701	2.320
Prêmios Diretos (VGBL)	2.701	2.320
20.3. Variações das Provisões Técnicas de Prêmios	(6.051)	(4.072)
Provisão de Prêmios Não Ganhos	(3.175)	(2.378)
Provisão de Insuficiência de Prêmios	—	569
Provisão Matemática de Benefícios a Conceder.....	(2.575)	(2.349)
Provisão de Despesas Administrativas.....	(345)	(33)
Provisão Complementar de Prêmios.....	44	119
20.4. Sinistros Ocorridos	(82.696)	(79.788)
Indenizações avisadas	(53.942)	(55.190)
Indenizações avisadas DPVAT.....	(20.117)	(20.204)
Despesas com sinistros	(2.802)	(2.889)
Despesas com sinistros Consórcios e Fundos.....	(4.260)	(3.563)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - Direto.....	(1.878)	(998)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Avisados - DPVAT.....	(2.191)	(1.998)
Variação Prov. Sinistros Ocorridos Mas Não Suf. Avisados (IBNER)	(2.000)	—
Salvados e Ressarcimentos	4.494	5.054
20.5. Custos de Aquisição	(17.969)	(16.703)
Comissões sobre prêmios emitidos	(17.977)	(17.321)
Variação das Despesas de Comercialização Diferidas.....	20	626
Comissões sobre contribuições de VGBL.....	(12)	(8)

20.6. Outras receitas e despesas operacionais.....	(5.239)	(9.075)
Outras receitas - Operações de seguros	618	1.080
Outras receitas - Consorcio DPVAT.....	107	77
Despesas com Repasse.....	(696)	(946)
Despesas com cobrança - Direto.....	(397)	(3.579)
Despesas com cobrança - Convênio DPVAT	(1.730)	(1.720)
Despesas com encargos sociais.....	(14)	–
Despesas com inspeção de risco	(860)	(835)
Redução ao valor recuperável para recebíveis.....	(44)	(13)
Outras despesas com operações de seguros	(1.995)	(2.307)
Despesas diversas.....	(228)	(832)
20.7. Despesas administrativas.....	(14.913)	(14.381)
Pessoal Próprio.....	(8.392)	(7.375)
Serviços de Terceiros	(2.353)	(2.346)
Localização e Funcionamento.....	(2.081)	(2.217)
Publicidade e Propaganda Institucional.....	(92)	(113)
Publicações	(43)	(32)
Donativos e Contribuições.....	(72)	(68)
Despesas Administrativas Diversas	(150)	(254)
Despesas Administrativas do Convênio DPVAT	(1.730)	(1.976)
20.8. Despesas com tributos.....	(5.285)	(3.979)
Impostos federais	(2)	(1)
Impostos estaduais	(4)	(4)
Impostos municipais	(14)	(13)
COFINS	(3.276)	(2.899)
Pis/Pasep	(532)	(471)
Taxa de fiscalização	(598)	(591)
CSLL (Nota 18.e.iii)	(859)	–
20.9. Resultado financeiro	17.304	8.736
Receitas financeiras.....	21.154	17.650
Receitas com Títulos de Renda Fixa Privados.....	2.713	5.017
Receitas com Títulos de Renda Fixa Públicos.....	2.495	3.026
Receitas com Títulos de Renda Variável.....	263	214
Receitas com Operações de Seguros.....	980	947
Receitas com depósitos e Fundos Retidos	19	6
Fundos de Investimento	13.707	–
Outras Receitas Financeiras.....	977	8.440
Despesas financeiras.....	(3.850)	(8.914)
Despesas com Títulos de Renda Variável	(566)	(305)
Despesas com Títulos de Renda Fixa	(16)	(5.400)
Despesas com operações de seguros.....	(2.553)	(2.829)
Despesas com Provisões Técnicas – Vida.....	(240)	–
Outras Despesas Financeiras.....	(475)	(380)
20.10. Resultado patrimonial	240	222
Receitas com imóveis destinados à renda.....	269	521
Despesas com imóveis destinados à renda.....	(29)	(29)
20.11. Ganhos ou perdas com ativos não correntes.....	(2)	430
Resultado na alienação de bens do ativo permanente.....	(2)	430

21. Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, com o controlador BANESTES S.A., são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, estavam assim demonstradas:

Contas	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Aplicações financeiras e depósitos.....	52.427	40.569	—	—
Contas a pagar.....	(84)	(1)	—	—
Receitas financeiras e de aluguel	—	—	7.918	4.026
Despesas com cooperação técnica	—	—	—	(3.043)
Despesas de aluguel	—	—	(35)	(25)
Juros sobre o capital próprio e dividendos.....	(807)	—	(3.520)	(1.450)
Tarifas c/ operações de cobrança/arrecadação	—	—	(343)	(411)
Cessão de pessoal pelo controlador	—	—	(523)	(481)
Despesas com processamento de dados	—	—	(1.683)	(1.755)

22. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2012		31/12/2011	
	Imposto de renda	Contrib. social	Imposto de renda	Contrib. social
Resultado antes da tributação e participações.....	19.175	19.175	5.475	5.475
Participações estatutárias no lucro (PLR)	(537)	(537)	(433)	(433)
(-) Juros sobre o capital próprio distribuídos	(3.520)	(3.520)	(1.450)	(1.450)
Base de cálculo.....	15.118	15.118	3.592	3.592
Adições/(exclusões) de caráter permanente.....	(32)	(62)	(4)	(44)
Adições/(exclusões) de caráter temporário	1.947	1.947	5.535	5.535
Lucro tributável antes das compensações.....	17.033	17.003	9.123	9.083
Alíquota normal (15% IR e 15% CSLL)	2.555	2.551	1.369	1.362
Adicional de imposto de renda (10%)	1.679	—	888	—
Valores devidos.....	4.234	2.551	2.257	1.362
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	(102)	—	(55)	—
Doações FIA/Incentivos Fiscais – Patrocínios	(89)	—	(52)	—
Imposto de renda e CSLL a pagar.....	4.043	2.551	2.150	1.362
Provisão dif. da realização reserva reavaliação	(3)	(4)	(16)	(11)
Crédito tributário sobre provisões temporárias.....	(322)	(194)	(1.384)	(830)
Valores registrados em despesas	3.718	2.353	750	521

23. Remuneração da administração

O total das despesas com remuneração da administração, incluindo todos os encargos, atingiu em 2012 o montante de R\$816 mil (R\$801 mil em 2011).

24. Novas normas regulatórias

Em 18/02/2013 foram publicadas diversas normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, sendo as mais relevantes: a) As resoluções CNSP Nº 280 e 283 de 30/01/2013, que tratam de subscrição e de capital de risco operacional, respectivamente, sendo que a norma de capital de risco operacional entra em vigor na data de publicação e a de subscrição tem prazo de adequação até 31/12/2013; e b) Resolução CNSP Nº 281 de 30/01/2013 e circular SUSEP Nº 462 de 31/01/2013, que institui regras para a constituição de provisões técnicas, com prazo de adequação até 31/12/2013. A Companhia está avaliando os impactos dessas normas.

Vitória - ES, 27 de fevereiro de 2013.

José Carlos Lyrio Rocha
Diretor-Presidente

Francisco de Assis Portela Milfont
Diretor de Adm. e Finanças

Fernando Rodrigues Azevedo
Diretor de Operações

Flávio Wagner Gaudio de Souza
Contador – CRC-ES 12130/O-8

Severino Garcia Ramos
Atuário – Miba nº 357